

GESTÃO METROPOLITANA: A UNIDADE TERRITORIAL DE PLANEJAMENTO DO ITAQUI COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL EM ÁREA DE MANANCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Nadia Cibele Besciak

Arquiteta urbanista, especialista em Direito à Cidade e Gestão Urbana – Universidade Positivo, Curitiba – Brasil, e-mail: nadiabesciak@gmail.com

A gestão dos mananciais na Região Metropolitana de Curitiba

A instituição da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)¹ - bem como das outras sete primeiras regiões metropolitanas no Brasil, data de 1973, em um contexto de expansão urbana e de aumento populacional nos municípios periféricos às grandes cidades brasileiras e de necessidade de ordenamento e controle desse processo. A partir de então ficaram estabelecidos como assuntos de interesse metropolitano o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social, o uso do solo metropolitano, o aproveitamento dos recursos hídricos e o controle da poluição ambiental.

Nesse sentido, em 1974, o governo do Paraná criou a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, órgão vinculado administrativa e financeiramente ao executivo estadual, com atribuições gerais de planejamento, aplicação e controle. O primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC foi formulado em 1978, com as premissas básicas de (i) preservação de recursos hídricos e outros de caráter ecológico, (ii) geração de riqueza por meio da otimização das atividades agropecuárias, da exploração mineral e do desenvolvimento industrial e (iii) melhoria da condição de vida da população pelo direcionamento da ocupação e criação de subcentros regionais.

Diante desses princípios, a porção leste da RMC foi entendida como área de restrição à ocupação em virtude dos mananciais de abastecimento hídrico - mesmo já sendo existentes significativos assentamentos urbanos na região, e a área a oeste da RMC como a mais adequada ao desenvolvimento urbano e à promoção industrial. As porções sul, em

¹ A Lei Complementar nº14 de 1973 definiu como integrantes da RMC, os municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Hoje também compõem a RMC os municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo do Tenente, Campo Magro, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Piên, Pinhais, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

função das áreas de inundação do Rio Iguaçu, e norte, devido à topografia acentuada, foram direcionadas à dinamização rural e à exploração mineral, respectivamente (Figura 1). Segundo COMEC (1982)² *apud* Firkowski (2004, p.277), planejava-se para São José dos Pinhais e Piraquara um crescimento controlado “de forma mais rígida em virtude de sua localização específica, muito próximas a áreas de captação de água e áreas inundáveis.” (FIRKOWSKI, 2004; COMEC, 2006)

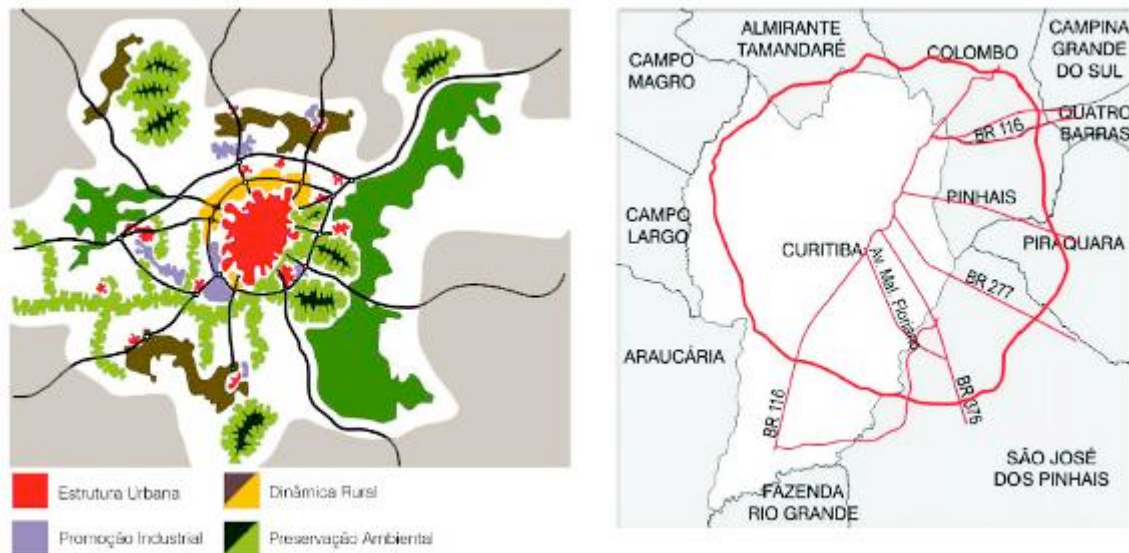


FIGURA 1– PROPOSIÇÕES PDI 1978
FONTE: COMEC (2006)

Nos anos 1980 foram demandados esforços no sentido de implantar as diretrizes do PDI, o que resultou em um Plano de Investimentos para captação de recursos. Como resultado foram viabilizados alguns financiamentos, aplicados essencialmente em sistema viário. Nesse período, segundo Silva (2012, p.34), continuaram intensos os processos de urbanização e de crescimento populacional nos municípios limítrofes a Curitiba, fomentados pela migração das áreas rurais, processos esses que “somados à recessão econômica que caracterizou a década de 1980 no Brasil, elevaram os índices de desemprego na região, observando-se o crescimento da população de baixa renda e a ampliação das desigualdades socioespaciais”

Na década 1990, de acordo com Firkowski (2009) tem-se o início de um período marcado por importantes transformações socioespaciais, mudanças nas políticas públicas, nas condições sociais, na localização das atividades urbanas, na formação de novas morfologias

² COMEC. **Plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Curitiba**: reavaliação. Curitiba: Comec/Secretaria de Estado da Administração, 1982, v.1.

espaciais, entre outras, responsáveis pela reestruturação do espaço da metrópole Curitiba. Segundo Firkowski (2004, p.275), a década “inaugura, no aglomerado metropolitano de Curitiba³, uma nova etapa do processo de industrialização, sobretudo em razão da localização das indústrias automobilísticas *Renault* e *Audi/Volkswagen*.” Conforme a autora, a conveniência da localização dos complexos produtivos, na porção leste da RMC, prevaleceu sobre os interesses de preservação ambiental estipulados no PDI de 1978. Isso “pela subordinação dos governos locais e estaduais em prontamente atender às demandas impostas, sob pena do capital optar por outras áreas.” A presença dessas indústrias não só atraiu novas indústrias, mas também novas atividades econômicas e população, em áreas não adequadas ou planejadas para tal.

Outro fenômeno observado no mesmo período foi a expansão crescente das ocupações irregulares em direção aos municípios metropolitanos limítrofes à Curitiba. Segundo Pereira e Silva (2009, p. 306), a partir de 1990 observa-se uma nova lógica de organização do mercado imobiliário na metrópole, que se manifestou pela significativa redução na produção de lotes formais e pelo crescimento do número de ocupações irregulares nos municípios periféricos. Ainda, nota-se a expansão e a densificação da ocupação urbana na periferia metropolitana sobre as áreas de mananciais (LIMA et. al., 2009).

Diante desse cenário de incompatibilidade entre a realidade da ocupação e os dispositivos legais então existentes, tornou-se premente a necessidade de assegurar a qualidade ambiental da região de mananciais da RMC e de rediscutir os planos urbanísticos, que estabeleciam a restrição total à ocupação. Nesse sentido, buscando um novo ordenamento territorial que permitisse a ocupação orientada dessas áreas, após esforços conjuntos de diversos órgãos estaduais, foi aprovada em 1998 a Lei Estadual nº 12.248, denominada Lei de Proteção aos Mananciais da RMC, que criou o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC (SIGPROM-RMC). Segundo COMEC (2006, p.36), a Lei instalou “um processo de regulamentação do uso do solo nas áreas de mananciais que tem como foco principal o ordenamento territorial partindo de paradigmas comprometidos com a sustentabilidade da metrópole.”

Dos instrumentos que integram o SIGPROM, cabe destacar: i) o Conselho Gestor dos Mananciais - CGM, com a atribuição de elaborar políticas públicas para a preservação dos mananciais e acompanhar a sua implementação e formado por membros do governo do

³ Para a autora, “O aglomerado metropolitano de Curitiba é constituído por uma única mancha urbana, composta por doze dos vinte e seis municípios que formam a Região Metropolitana de Curitiba [...] Trata-se, assim, de uma escala de análise diferenciada, entre a municipal e a da RMC.”

estado, do município e da sociedade civil organizada e, ii) as Unidades Territoriais de Planejamento - UTP, definidas como áreas compostas pelas sub-bacias contribuintes dos mananciais, que sofrem pressão por ocupação do seu território e que necessitam de um controle especial do uso e da ocupação do solo.

As UTPs compõem em conjunto às Áreas de Proteção Ambiental - APAs instrumentos complementares de proteção e preservação dos recursos naturais. Enquanto as APAs figuram sob a égide da Lei Federal nº 9.985/2000, como unidades de conservação de uso sustentável e, portanto, de caráter mais restritivo quanto às possibilidades de uso e ocupação do solo, as UTPs possuem como característica básica a flexibilização de parâmetros em áreas com demanda por ocupação urbana. Segundo COMEC (2014), “o planejamento das UTPs foi efetuado com base na realidade já instalada, com loteamentos de alta densidade que tinham sido aprovados em décadas anteriores”, procurando estabelecer uma transição entre essas áreas urbanas já consolidadas e as áreas de maior restrição ambiental ou rurais.

Foram instituídas assim as seguintes UTPs: i) do Guarituba, em Piraquara, ii) do Itaquí, nos municípios de São José dos Pinhais e Piraquara, iii) de Pinhais, em Pinhais, iv) de Quatro Barras, em Quatro Barras e v) de Campo Magro, em Campo Magro (Figura 2). Essas foram entendidas como as áreas com maior pressão por ocupação na RMC, em virtude da proximidade com o pólo metropolitano e do acesso facilitado por importantes eixos viários. Uma vez instituídas, o CGM procedeu à coordenação e aprovação dos Planos de Uso e Ocupação do Solo da UTPs, ainda no final da década de 1990.

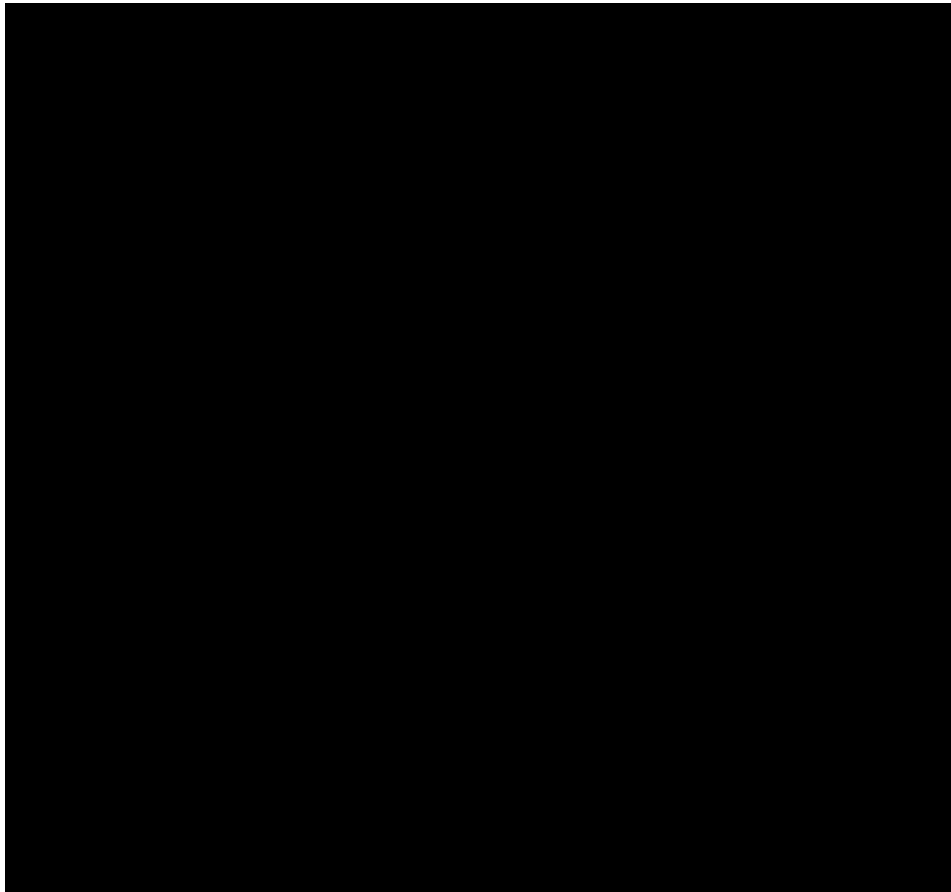


FIGURA 2- ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E UNIDADES TERRITORIAIS DE PLANEJAMENTO NA RMC

FONTE: COMEC (2014)

Os anos 2000 marcam um período de rediscussão do planejamento metropolitano, resultando na publicação do PDI 2006, que priorizou o debate do arcabouço institucional para a gestão metropolitana e em termos ambientais propiciou a continuidade das políticas de ordenamento territorial dos mananciais instituídas em momentos anteriores.

A Unidade Territorial de Planejamento do Itaqui como instrumento de proteção dos mananciais da RMC

A UTP do Itaqui foi instituída pelo Decreto Estadual nº 1.454 de 1999, compreende a bacia do Rio Itaqui e parte da bacia do Rio Iraí e tem incidência territorial nos municípios de São José dos Pinhais e Piraquara. A característica de transição de áreas fica bastante evidente quando considerada sua delimitação física: a norte faz limite com a APA do

Piraquara e com a UTP do Guarituba, a sudeste e leste com a APA do Pequeno e a sudoeste com a área urbana de São José dos Pinhais, não inserida em área de manancial.

Está situada em uma área de acesso privilegiado na RMC: é cortada pela rodovia BR 277, que permite a conexão do interior do estado do Paraná com o Porto de Paranaguá, pela rodovia BR 116 (Contorno Leste), que constitui ligação entre as regiões sudoeste, centro-oeste, nordeste e sul do Brasil e também pela Avenida Rui Barbosa, que faz parte do Corredor Metropolitano, diretriz viária de interligação dos municípios de Piraquara, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária. Está próxima também ao Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais – principal terminal aeroviário do estado do Paraná. Configura-se, portanto, como local estratégico, principalmente para o desenvolvimento do setor industrial e de atividades terciárias correlatas, o que pode ser confirmado pela escolha locacional de instalação da fábrica da Renault sobre o território da UTP (Figura 3).

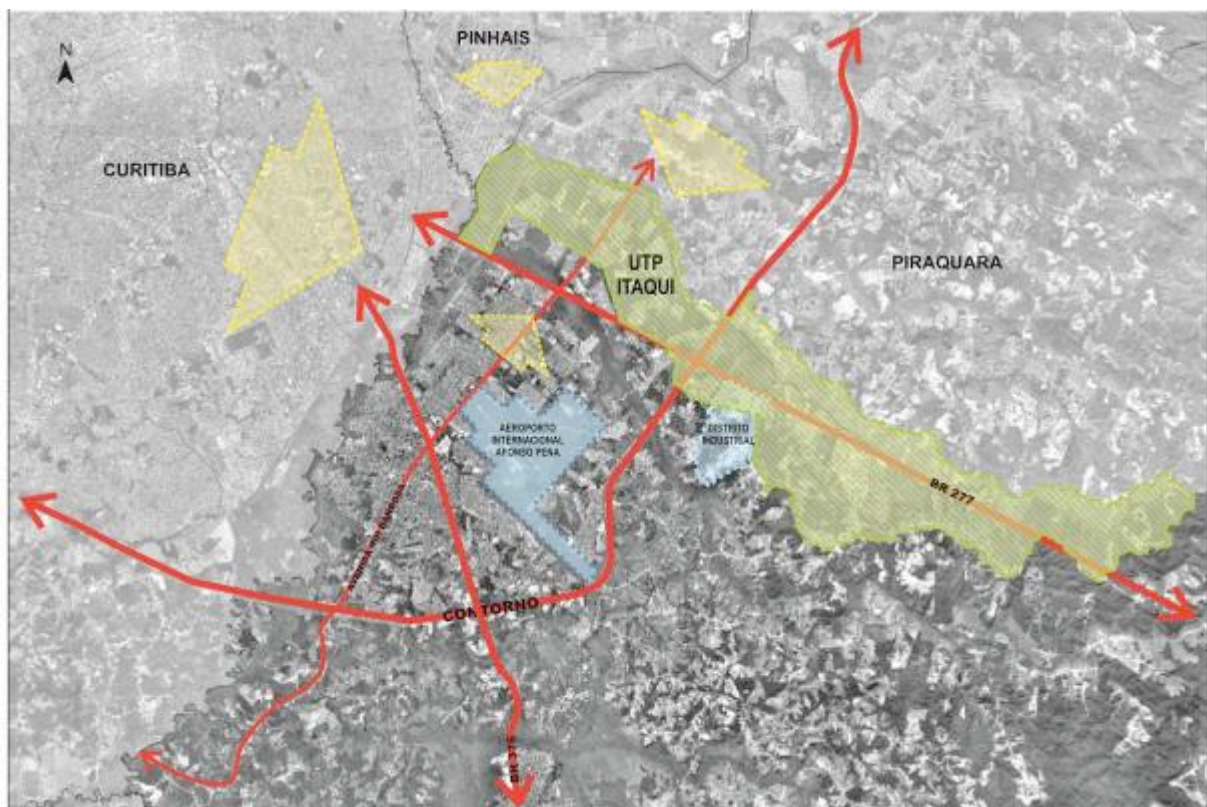


FIGURA 3– UTP DO ITAQUI E A PRESSÃO POR OCUPAÇÃO URBANA

FONTE: A AUTORA

A pressão pela ocupação de seu território decorre, principalmente, i) da expansão metropolitana a leste da RMC, em função do extravasamento da mancha urbana de Curitiba para além do seu limite municipal e do crescimento da ocupação urbana em São José dos Pinhais e Piraquara, ii) da proximidade e facilidade de acesso ao centro do pólo

metropolitano, onde estão concentrados comércio e serviço especializados e emprego e iii) da dinâmica econômica gerada pela criação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

Diante de tantos estímulos à ocupação urbana e ao se considerar o intenso parcelamento do solo ocorrido em décadas anteriores e a progressiva ocupação do território, regular e irregular, segundo COMEC (1999), a criação da UTP do Itaqui e a proposta de nova organização espacial eram de vital importância à preservação da integridade de bacia. Como pressupostos para uma ocupação ordenada e sustentável, foram considerados, em conjunto, uma mínima densidade demográfica, a máxima permeabilidade do solo e a proteção de áreas de importância ambiental.

As análises setoriais mostraram a ocorrência de fatos novos, como o crescimento populacional acelerado, as ocupações irregulares, a pressão por ocupação, a crescente deterioração do espaço, o processo de industrialização na RMC, a infra-estrutura viária regional a ser instalada, e indicaram a necessidade de organização territorial da região. (COMEC, 1999)

Para isso, em um conceito de capacidade de carga/suporte dos recursos naturais na área, foi adotada a noção de uma fração ideal média do solo para a UTP, na relação de 2.000m² por unidade habitacional, o que implica em uma densidade ideal de 18,5 hab/ha. Admite-se assim, desde que asseguradas fração e densidade ideais, certa flexibilidade nas definições de parcelamento e uso e ocupação do solo, tornando possível a manutenção de áreas já consolidadas e a ocupação controlada daquelas antes proibidas.

Como decorrência dessas premissas, o zoneamento da UTP do Itaqui definiu as seguintes zonas (Figura 4):

- i) Zonas de Ocupação Orientada (ZOO), compostas por áreas não urbanizadas e por grandes glebas não parceladas, onde ocupação deve ser de baixa densidade. Divide-se em ZOO1, onde se permite fração média de 20.000m² e lote mínimo de 10.000m²; ZOO2, na qual se permite fração média de 10.000m² e lote mínimo de 5.000m², ZOO3, que permite fração média de 4.000m² e lote mínimo de 2.000m² e ZOO4, com fração média de 5.000m² e lote mínimo de 3.000m²;
- ii) Zonas de Urbanização Consolidada, caracterizadas por áreas onde já é existente a ocupação urbana ou onde há interesse de consolidação em função da infraestrutura já implantada. A ZUC 1 é formada por áreas já loteadas e com alta densidade de ocupação, nas quais se propôs a manutenção dos padrões de ocupação

consolidados, e por algumas áreas entre os loteamentos existentes, onde fica permitido o parcelamento com fração média de 1000m² e lote mínimo de 600m². A ZUC 2 compreende áreas contidas no Distrito Industrial de São José dos Pinhais, onde legislação própria define os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo;

iii) Zona de Restrição à Ocupação, formada por áreas onde a ocupação traria prejuízos ambientais e sociais.

iv) Zona Rural, caracterizada por áreas de baixíssima densidade populacional, que devem ser mantidas para a preservação de suas condições naturais e para o desenvolvimento de atividades agro-silvi-pastoris.

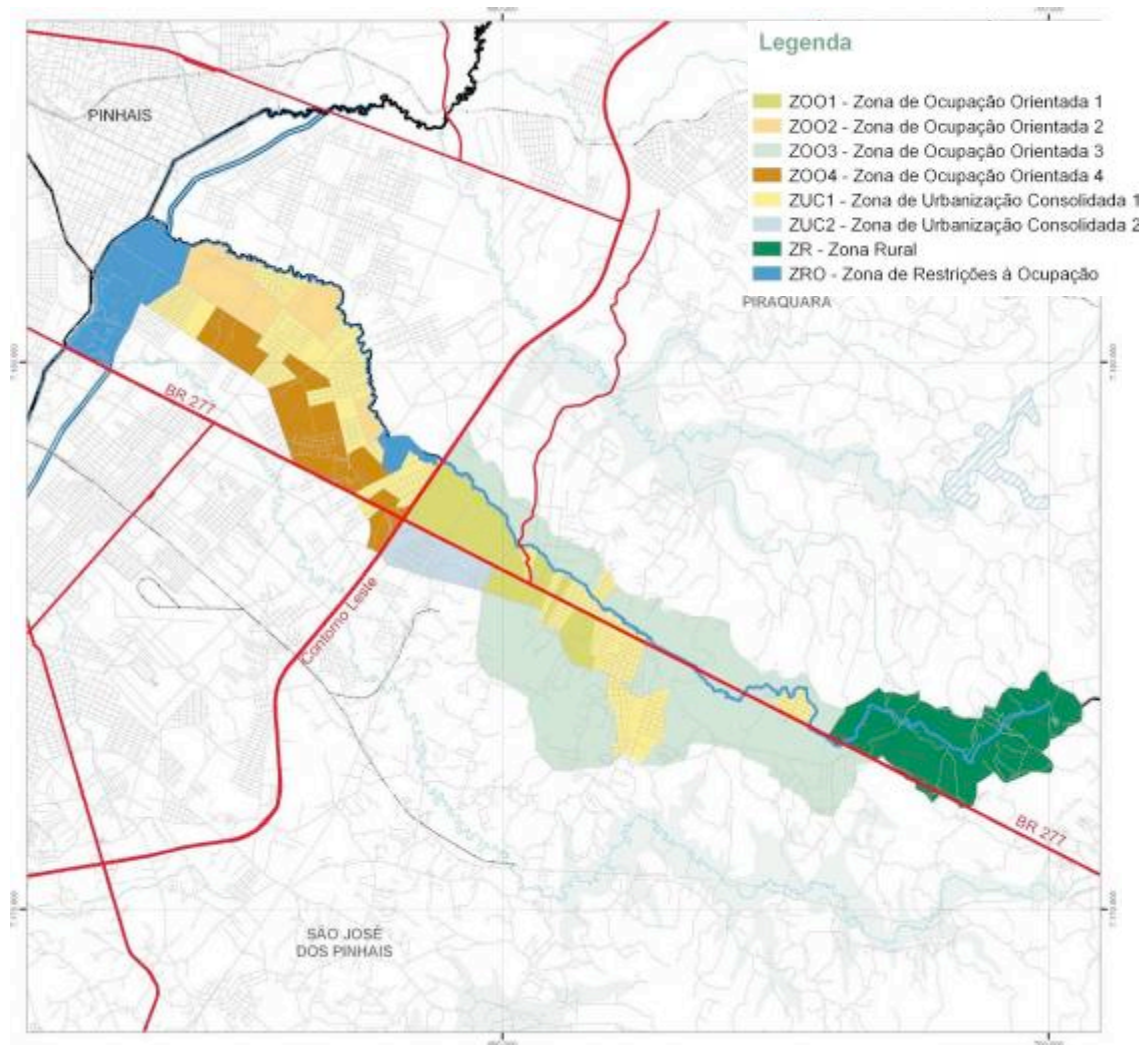


FIGURA 4– LIMITE E ZONEAMENTO DA UTP DO ITAQUI
FONTE: COMEC (2014)

Passados mais de 10 anos da aplicação da legislação, cabe avaliar em que medida a instituição da Unidade Territorial de Planejamento do Itaqui contribuiu ou tem contribuído, como instrumento de ordenamento territorial, para a garantia das condições ambientais necessárias à preservação das bacias dos rios Itaqui e Iraí.

Método

Como primeiro procedimento desta pesquisa delimitou-se o recorte territorial do estudo, definido pela fração da UTP do Itaqui com incidência no município de São José dos Pinhais. Isto porque, como demonstrado na Tabela 1 e na Figura 5, a área da UTP do Itaqui com incidência em São José dos Pinhais equivale a 83,92%, área expressivamente maior do que em Piraquara. Além disso, a fração da UTP em Piraquara é caracterizada por uma baixa densidade populacional, onde a dinâmica urbana e a pressão por ocupação são menos significativas.

TABELA 1 – ÁREAS DA UTP DO ITAQUI INCIDENTES EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E PIRAQUARA

	UTP do Itaqui em São José dos Pinhais	UTP do Itaqui em Piraquara	UTP do Itaqui Total
Área ⁴	36,84 km ²	7,06km ²	43,90 km ²
% do total da área	83,92%	16,08%	100%

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014)

⁴ Os dados de áreas são provenientes da base cadastral do município de São José dos Pinhais e diferem das áreas consideradas pela COMEC em 1999, quando da instituição da UTP do Itaqui. Isso porque a base municipal considera levantamentos aerofotogramétricos mais recentes e de maior precisão, permitindo a correção de imprecisões dos levantamentos utilizados à época, em especial quando o limite se refere a divisores de águas.

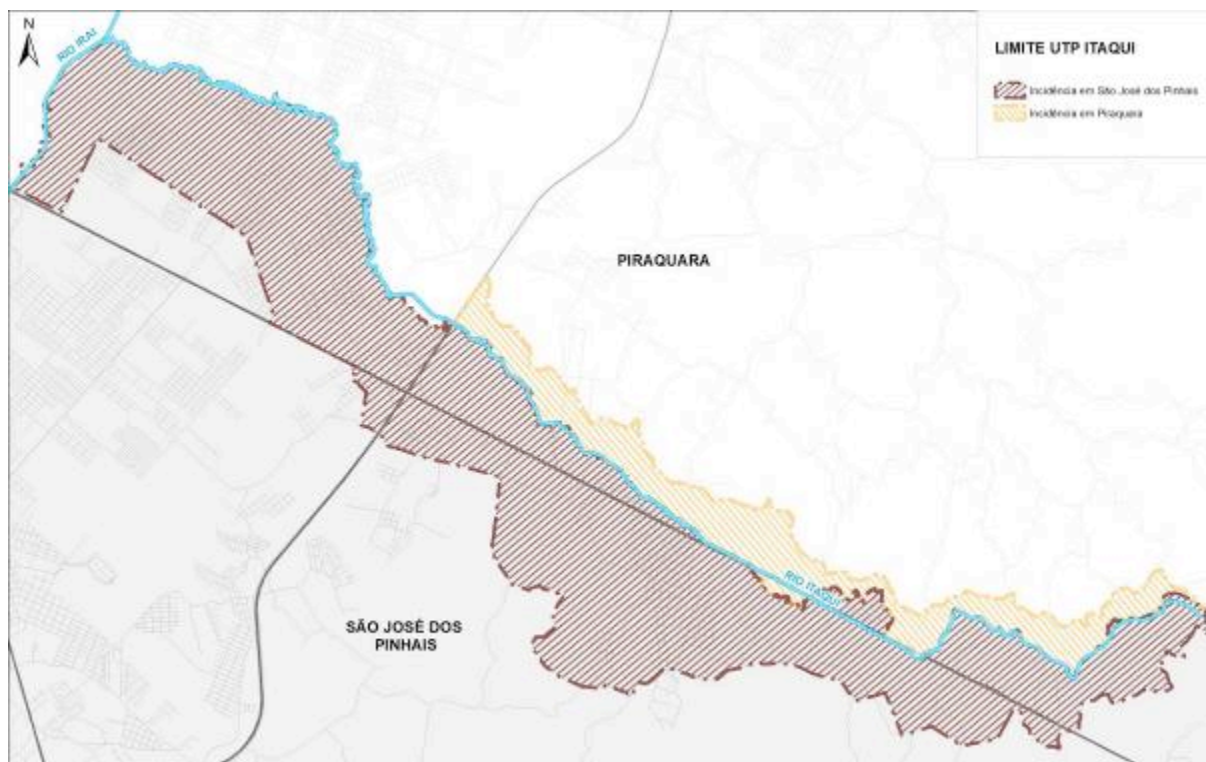


FIGURA 5– UTP DO ITAQUI E ÁREAS DE INCIDÊNCIA EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E PIRAQUARA

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

As fontes de dados utilizadas foram, principalmente, as sinopses dos setores censitários dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as bases cadastral e de dados geográficos da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (PMSJP). Os dados tabulares foram sistematizados e relacionados às informações geográficas por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG), com a utilização do software ArcGis. Foram então produzidos os mapas e tabelas de base para a análise do recorte territorial em estudo.

Quanto à utilização dos dados dos setores censitários do IBGE é importante destacar duas escolhas metodológicas. A primeira se deve às diferenças existentes entre os limites físicos dos setores de 2000 e 2010, em geral em função da subdivisão de setores para acomodar mais população. Decidiu-se pela utilização dos limites censitários de 2000 e pelo agrupamento dos dados tabulares do censo 2010, para o então cruzamento das informações. A segunda decorre de os limites dos setores em geral não coincidirem com perímetro da UTP. Para evitar distorções dos dados, foi entendido como importante não trabalhar com cálculos de proporcionalidade. Assim sendo, os mapas apresentam o perímetro da UTP sobreposto às informações dos setores.

A sistematização dos dados foi estruturada nas seguintes categorias de análise: (i) evolução populacional, ii) parcelamento do solo e iii) uso do solo, de acordo com o Quadro 1.

Categoria	Objetivo	Dados	Período	Fontes	Produtos
Evolução populacional	Analisar o crescimento populacional e relacionar às densidades demográficas, identificando áreas onde houve um crescimento acima do previsto e onde houve um crescimento compatível à UTP	Setores censitários, Censos Demográficos 2000 e 2010	2000 - 2010	Sinopse dos setores censitários, IBGE	Figura 6 – Taxa de crescimento populacional absoluto por setor censitário; Figura 7 – Densidade populacional por setor censitário-2010
Parcelamento do solo	Identificar tendências de fracionamento do solo, pela análise dos processos de parcelamento e remembramento do solo, quantificando-os e mensurando as suas áreas resultantes a fim de analisar a dinâmica territorial da UTP.	Loteamentos aprovados -	1944 - 2013	Bases cadastral e de dados geográficos, PMSJP	Tabela 2 – Loteamentos aprovados em São José dos Pinhais e na UTP do Itaquí
		Subdivisões aprovadas -	2005 - 2013		Gráfico 1 – Relação entre os processos de unificação e subdivisão aprovados de 2005 a 201
		Unificações aprovadas	2005 - 2013		
Uso do solo	Caracterizar o uso do solo na UTP do Itaquí e identificar áreas com vocações específicas, analisando os alvarás de construção e funcionamento pela tipologia de suas atividades e pelos seus portes a fim de analisar a produção construtiva e das atividades na UTP.	Alvarás de construção de edificações	2000 - 2013	Bases cadastral e de dados geográficos, PMSJP	Figura 8 – Alvarás de construção por tipo de uso e porte Tabela 3 – Alvarás de construção por uso
		Alvarás de funcionamento de atividades econômicas	2000 - 2013		Figura 9 – Alvarás de funcionamento por tipo de atividade e porte Tabela 4 – Alvarás de funcionamento por atividade
		Estudos de Impacto de Vizinhança analisados	2004 - 2013		Figura 10 – Estudos de impacto de vizinhança analisados Figura 10 –

QUADRO 1 – QUADRO METODOLÓGICO

FONTE: A AUTORA

Não se pretende com esse estudo avaliar as condições ambientais da UTP porque seriam necessárias analisar outras categorias não contempladas neste estudo. O foco deste trabalho é compreender, em termos de uso e ocupação do solo, qual foi o comportamento verificado na UTP após sua instituição.

Análises possíveis após mais de dez anos de aplicação da legislação

A seguir serão apresentadas algumas avaliações, partindo das categorias explicadas no quadro metodológico e mapeadas em programa de georreferenciamento, com o objetivo de analisar as mudanças ocorridas no uso e ocupação do solo da UTP do Itaqui.

Evolução populacional

Nesta categoria de análise o primeiro estudo refere-se à taxa de crescimento populacional absoluto, por setor censitário, entre os anos 2000 e 2010, ou seja, após o estabelecimento da UTP do Itaqui (Figura 6). Cabe destacar que no município de São José dos Pinhais a taxa média de crescimento absoluto, no mesmo período, foi de cerca de 30%.

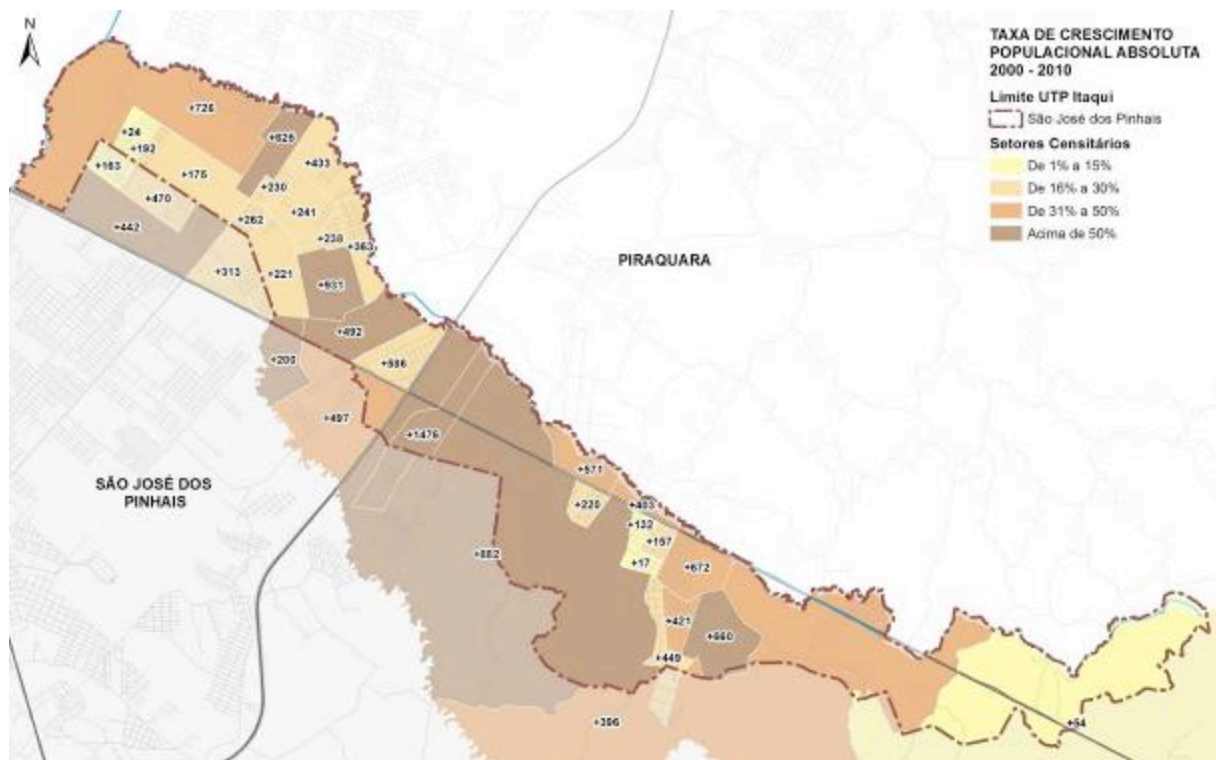


FIGURA 6 – TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ABSOLUTO POR SETOR CENSITÁRIO 2000 - 2010

FONTES: IBGE (2014), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014)

NOTAS: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA; OS NÚMEROS REFEREM-SE AO ACRÉSCIMO POPULACIONAL EM CADA SETOR CENSITÁRIO

Percebe-se um certo equilíbrio nas taxas de crescimento: enquanto que a norte do Contorno (BR116) elas são predominantemente menores que o crescimento populacional médio do município, na porção mais central da UTP o crescimento é mais elevado. As menores taxas, de 1% a 15%, referem-se à área rural e a dois outros setores onde estão localizados loteamentos antigos e bastante consolidados. De maneira geral, nos locais onde a urbanização já está mais consolidada houve um crescimento abaixo ou similar à média do município, sendo importante destacar novamente a área a norte da UTP, onde é maior a pressão por ocupação.

Sobre a porção central da UTP, principalmente no entorno do Distrito Industrial de São José dos Pinhais, onde o zoneamento é ZUC 2 com parâmetros regulados por legislação específica, identifica-se um agrupamento de dois setores censitários com crescimento bastante acima da média municipal, com taxas superiores a 50%. Isto pode estar relacionado à dinâmica de ocupação motivada pela localização industrial bem como por uma legislação específica frágil. Porém, diante da grande dimensão desses dois setores e de cerca de metade de suas áreas estarem fora do perímetro da UTP esta análise necessita de maior refinamento, o que não será feito nesse estudo, como já fora explicitado nos métodos.

A análise fica mais rica ao cruzarmos as informações das taxas de crescimento com os dados de densidade por setor censitário de acordo com o Censo 2010 (Figura 7).

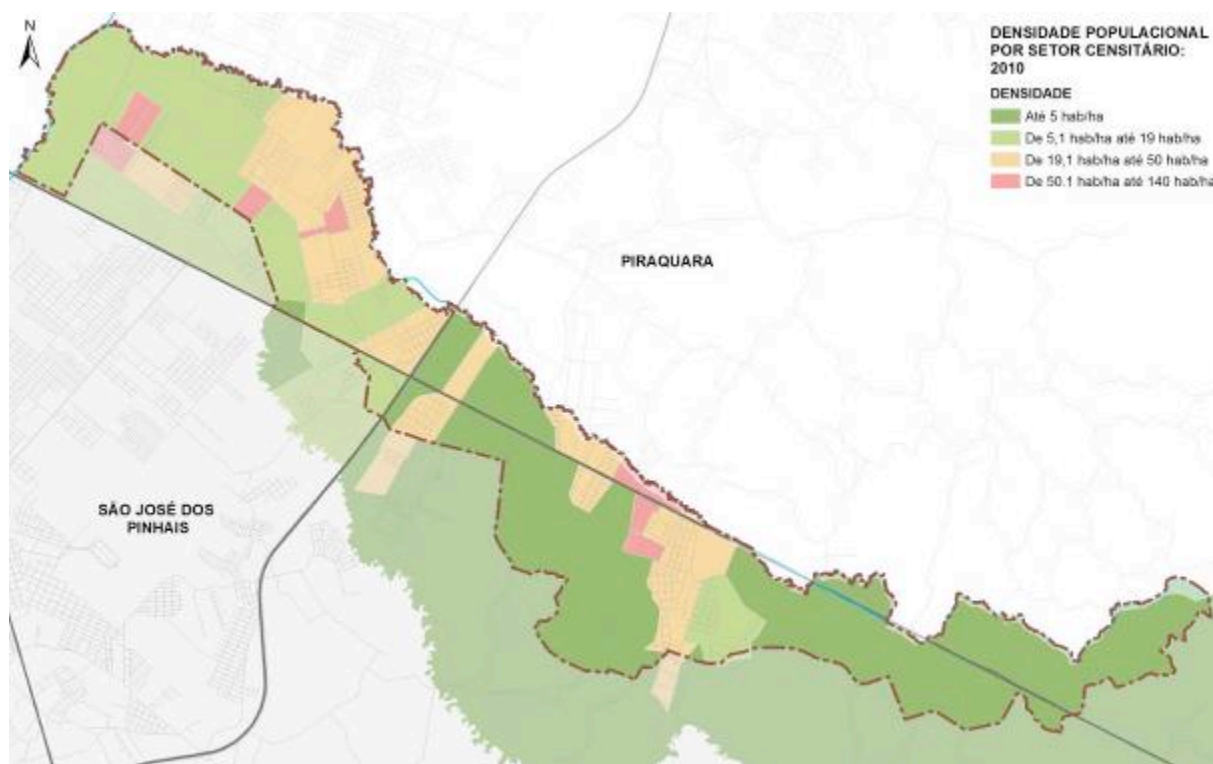


FIGURA 7 – DENSIDADE POPULACIONAL POR SETOR CENSITÁRIO- 2010

FONTE: IBGE (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

Ao se considerar a totalidade da UTP, a maioria do seu território possui densidade de até 19hab/ha, que é a densidade considerada ideal para a garantia de preservação da UTP do Itaqui. Deve-se destacar a importância do predomínio da baixa densidade nessas áreas porque é justamente isso que compensa, no conceito de capacidade de carga/suporte, as áreas com densidades maiores.

Nota-se que os setores com maiores densidades correspondem àqueles em que a taxa de crescimento populacional foi menor do que a média do município, o que pode indicar uma certa estabilização do crescimento nessas áreas. É relevante destacar a porção norte da UTP, onde setores com densidades acima do ideal para a bacia apresentaram baixo crescimento populacional. Nessa mesma relação, os setores com maior crescimento são aqueles em que a densidade é baixa, o que pode ser reflexo da permissão da ocupação orientada nessas áreas. Vale ressaltar que mesmo com aquela grande mancha de alto crescimento populacional na porção central da UTP, a maior parte dela continua com uma baixíssima densidade, de até 5hab/ha.

Parcelamento do solo

A primeira análise possível nessa categoria é referente aos loteamentos aprovados. A grande maioria dos loteamentos aprovados em São José dos Pinhais, e também na UTP do Itaqui, são anteriores à 1979, conforme os dados da Tabela 2. Importante ressaltar esse ano em específico por dois motivos. Primeiramente chamando a atenção para o fato de que o primeiro PDI da RMC data de 1978, ou seja, quando da sua elaboração já eram existentes vários loteamentos aprovados na região da UTP do Itaqui, e mesmo assim ela foi entendida como área de restrição total à ocupação. E também porque é no ano de 1979 que é publicada a lei federal de parcelamento do solo, que transfere diversas responsabilidades aos loteadores, motivo pelo qual o número de loteamentos reduziu significativamente.

TABELA 2 – LOTEAMENTOS APROVADOS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E NA UTP DO ITAQUI

Loteamentos Aprovados	UTP do Itaqui	São José dos Pinhais
até 1979	52	196
de 1980 a 1989	1	27
de 1990 a 1999	0	22
a partir de 2000	2	26
sem dado	1	9

TOTAL	55	280
-------	----	-----

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

A partir dos anos 2000, após a instituição da UTP do Itaqui, apenas dois loteamentos foram aprovados. Um deles trata da regularização fundiária do Jardim Alegria, antigo loteamento clandestino que já havia sido definido como ZUC 1, em função do seu grau de consolidação. O outro é o Residencial Claret, que data de 2006 e está localizado em ZOO2.

Com relação a desmembramentos e a remembramentos na UTP, de 2005 a 2013, a maioria dos processos aprovados, 83%, refere-se a processos de unificação (Gráfico 1).

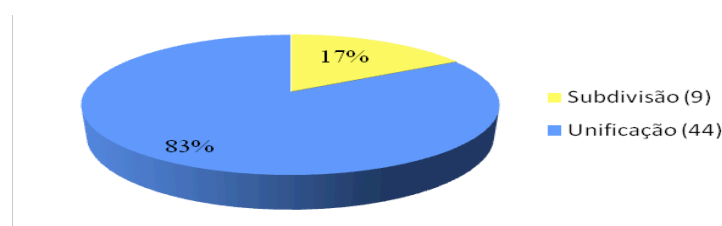


GRÁFICO 1– RELAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE UNIFICAÇÃO E SUBDIVISÃO APROVADOS DE 2005 A 2013

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

Os processos de unificação totalizam uma área de 72,33ha, enquanto que os processos de subdivisão resultam em 30,03ha. Ou seja, tanto em número de processos quanto em somatório da área total, tem-se a predominância das unificações. É importante destacar ainda que a maioria dos processos de unificação (34) ocorreram em ZUC 1 e ZUC 2, onde estão localizados os loteamentos de maior densidade populacional. Considera-se positivo que o processo de remembramento do solo seja predominante, pois indica um processo reverso ao parcelamento nessas áreas, que contribui para o controle da densidade e do tipo de ocupação da área.

Uso do solo

Tratando inicialmente dos alvarás de construção para a caracterização do uso do solo na UTP, de acordo com a Figura 8 e a Tabela 3, no período de 2000 a 2013, são predominantes as aprovações de edificações destinadas ao uso residencial.

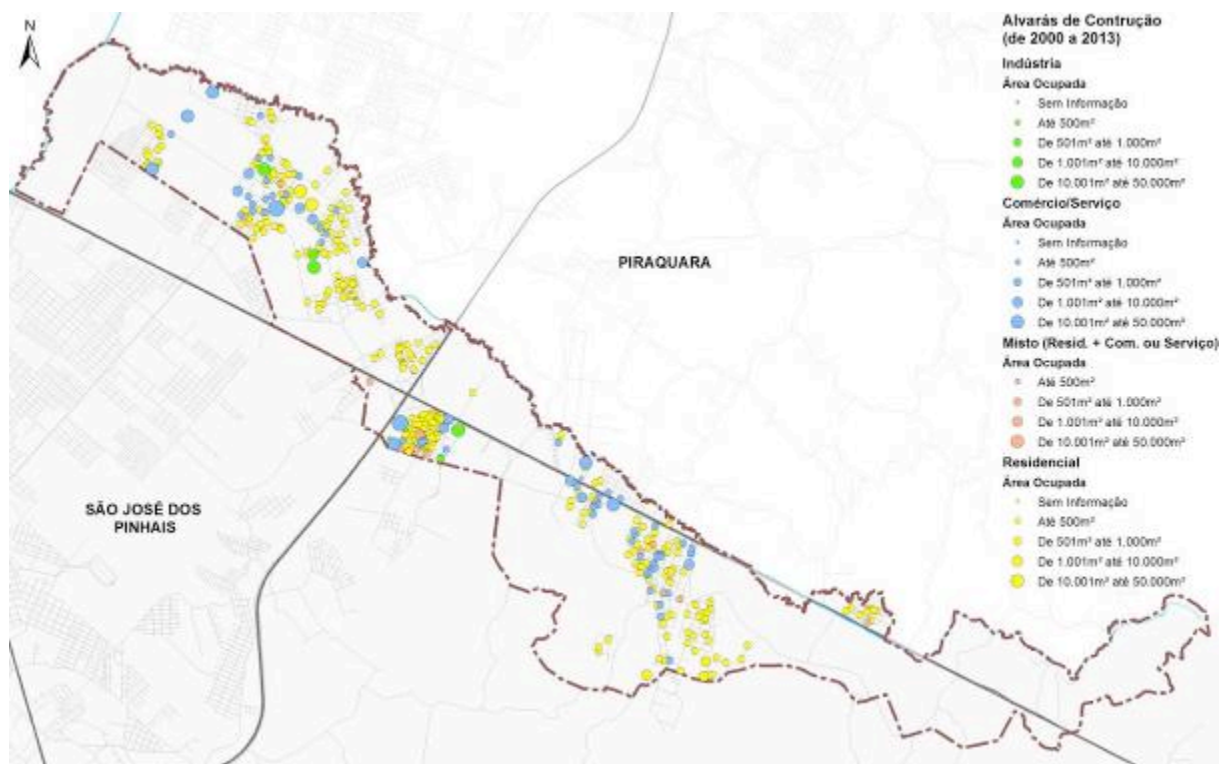


FIGURA 8 – ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO POR TIPO DE USO E PORTE

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

TABELA 3 – ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO POR USO

Alvarás de Construção	UTP do Itaqui	São José dos Pinhais	Relação UTP/SJP
Residência	332	4533	7,32%
Misto (residência+comércio/serviço)	14	228	6,14%
Comércio/Serviço	78	935	8,34%
Indústria	6	110	5,45%
TOTAL	430	5841	7,36%

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

De maneira geral, os alvarás para uso residencial estão localizados em áreas de loteamentos já existentes e os de comércio e serviço concentrados próximos a importantes eixos viários, como ao longo da BR 277 ou de ruas principais nos loteamentos. A Tabela 3 apresenta os dados de alvarás em São José dos Pinhais como referência de análise, procurando relacionar a realidade da UTP com a do município em busca de padrões ou da falta deles. No caso dos alvarás de construção percebe-se certa proporcionalidade entre os usos aprovados na UTP e no município.

Identifica-se, no centro da UTP, próximo ao Contorno (BR116) uma área com grande concentração de alvarás residenciais, inserida no Distrito Industrial e portanto em ZUC

2, o que pode ter relação com a alta taxa de crescimento do setor censitário a que essa área pertence, indicando uma ocupação recente dessa porção do território.

Com relação aos alvarás de funcionamento, as atividades relacionadas a serviços são predominantes, mas a atividade comercial também teve importante papel no período analisado como mostrado na Figura 9 e na Tabela 4.

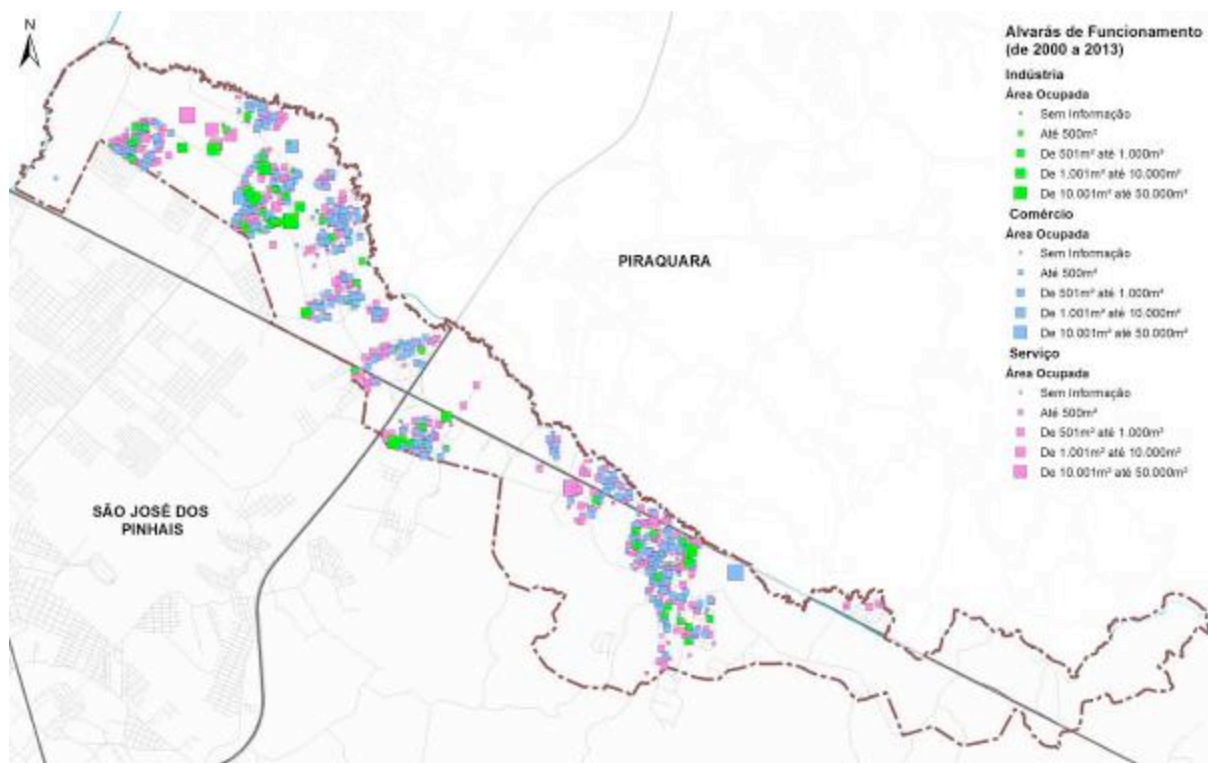


FIGURA 9 – ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO POR TIPO DE ATIVIDADE E PORTE
 FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

TABELA 4 – ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO POR ATIVIDADE

Alvarás de Funcionamento	de	UTP do Itaquí	São José dos Pinhais	Relação UTP/SJP
Comércio		389	2443	15,92%
Serviço		532	4554	11,68%
Indústria		70	834	8,39%
TOTAL		991	7831	12,65%

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

Assim como os alvarás de construção, os alvarás de funcionamento estão concentrados nas áreas mais densamente ocupadas, principalmente as atividades de pequeno e médio porte, relacionadas ao atendimento da população local. Relacionando à dinâmica municipal, percebe-se que os alvarás comerciais são representativos, o que pode ser explicado

pela distância da região ao centro do município, onde o comércio está mais fortemente concentrado, e pela decorrente necessidade de comércio local forte que não demande grandes deslocamentos.

Sobre as atividades de serviço, a maioria dos alvarás pertence ao ramo da construção civil (36%) e em seguida ao ramo do transporte rodoviário de carga (15%). Dos quinze alvarás com área superior a 500m², 10 referem-se a serviços de transporte de carga e de carga e descarga, o que indica que os serviços relacionados à logística estão ganhando força e espaço dentro da bacia. Quanto aos alvarás comerciais, 90% deles se referem a atividades de varejo (352), nos mais diversos setores, mas principalmente relacionados a produtos alimentícios e bebidas, incluindo lanchonetes e padarias (146), e a vestuário e acessórios (63). Os três alvarás acima de 500m² referem-se a atividades atacadistas de produtos alimentícios (2) e atacadista de material elétrico (1).

Por fim, sobre os alvarás industriais, 17 deles estão relacionados à fabricação de produtos de metal e 13 à fabricação de artigos de vestuário. A grande maioria das atividades industriais instaladas nesse período são de pequeno porte; os alvarás com área superior a 500m² estão relacionados à fabricação ou recuperação de artefatos de material plástico ou à produção de ferramentas, equipamentos e máquinas para fins industriais, e o maior deles, com aproximadamente 18.000m², referente à fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado.

Para complementar a análise, traz-se a questão da procura por grandes empreendimentos. A legislação urbanística vigente de São José dos Pinhais exige apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança para conjuntos habitacionais com mais de 50 unidades e empreendimentos comerciais, de serviços e industriais com mais de 5.000m². A Figura 10 localiza e caracteriza o uso desses grandes empreendimentos, que protocolaram a intenção de construir, mas que ainda não possuem alvarás de construção.

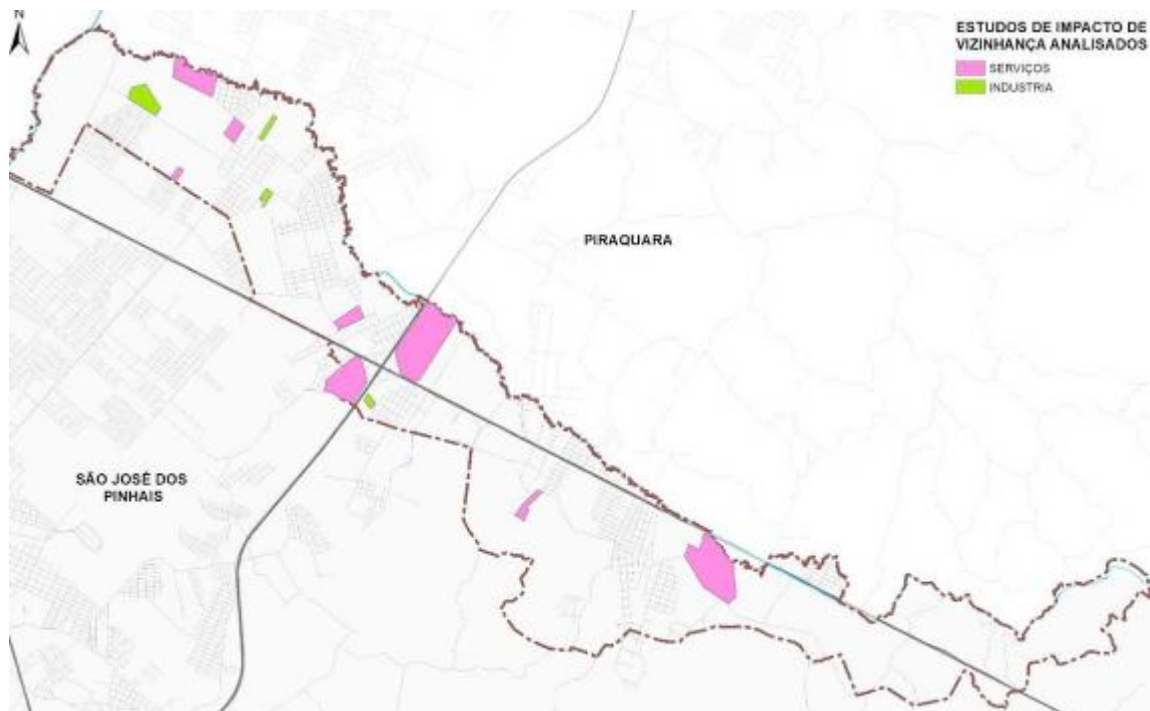


FIGURA 10 – ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA ANALISADOS

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2014) NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA

É possível identificar a procura por grandes glebas na UTP para instalação de serviços, principalmente relacionados à logística, e de algumas áreas um pouco menores para a implantação de indústrias.

Conclusões

Através da análise das categorias apontadas acima, podemos destacar algumas conclusões por temática. Com relação à evolução populacional, observou-se um certo equilíbrio do crescimento populacional, principalmente ao considerar que áreas de maior densidade cresceram abaixo da média municipal. Nesse sentido é importante mencionar a porção a norte do Contorno (BR116), região que, mesmo com forte pressão por ocupação, apresentou na maioria dos setores censitários taxas de crescimento inferiores à taxa média do município. Pôde-se notar também uma fragilidade na porção central da UTP, onde dois setores tiveram alta taxa de crescimento, e onde identificou-se um grande número de alvarás de construção e de funcionamento, indicando uma ocupação recente. Mesmo essa área apresentando em sua maioria baixa densidade, fica o alerta para sua análise mais profunda.

Sobre a segunda categoria de análise, ficou claro um controle do parcelamento do solo, seja pelo baixíssimo número de novos loteamentos ou pelo reduzido número de

processos de subdivisão após a instituição da UTP. Além disso, foi predominante o processo contrário de remembramento do solo, refletido no número maior de unificações.

Considerando, finalmente, o uso do solo na UTP do Itaquí, percebeu-se a consolidação do uso residencial em áreas de ocupação antiga, acompanhado da instalação de atividades comerciais e de serviço de pequeno e médio porte, para atendimento vicinal e de bairro. Já os comércios e serviços de maior porte se instalaram em terrenos maiores, em geral nas ZOOs, nas proximidades de eixos viários, em áreas de fácil acessibilidade. Ficou claro também que atividade logística ganha espaço na bacia; a maioria dos serviços de grande porte está relacionada ao transporte de cargas e os estudos de impacto de vizinhança analisados referiam-se a grandes glebas próximas aos eixos viários regionais para implantação de serviços.

Diante disso, entende-se que houve um crescimento urbano disciplinado, com redução da dinâmica de parcelamento territorial, consolidação das áreas urbanas que já eram existentes e aproveitamento de grandes glebas para implantação de atividades de enfoque regional. Apesar de Lopes (2011) afirmar que não houve uma melhora nas condições ambientais das UTPs da porção Leste da RMC, por esse estudo foi possível observar que em termos de ordenamento territorial a UTP conseguiu organizar melhor o crescimento urbano e populacional, orientando a ocupação de forma satisfatória dentro dos limites previstos no seu planejamento preliminar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), 1999. *Unidade Territorial de Planejamento - Itaquí*. Curitiba: s.n.

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), 2006. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana Curitiba: propostas de ordenamento e novo arranjo institucional*. Curitiba: s.n.

Firkowski, O. L. C. d. F., 2004. O leste do aglomerado urbano de Curitiba: da intenção de preservação à efetiva ocupação. In.: UFPR, ed. *Impactos socioambientais urbanos*. Curitiba: s.n.

Firkowski, O. L. C. d. F., 2009. Considerações sobre o grau de integração da Região Metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. In.: L. Capital, ed. *Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba: s.n., pp. 31-60.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, n.d. *Censo Demográfico 2000: sinopse dos setores censitários*. [Online]

Available at: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm
[Accessed 21 09 2014].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, n.d. *Censo demográfico 2010: sinopse dos setores censitários*. [Online]

Available at: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm
[Accessed 21 09 2014].

Lima, C. A., 2009. Ocupação urbana em área de mananciais: análise de densidade e índice de ocupação como evidências de um padrão em consolidação nos municípios de Pinhais e Piraquara. In: L. Capital, ed. *Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba: s.n., pp. 269-294.

Lopes, E. A., 2009. *Conflitos Socioambientais urbanos no contexto de periferização da metrópole: uma perspectiva a partir das UTPs (Unidade Territorial de Planejamento) da RMC*. Tese (Doutorado em Geografia) ed. Curitiba: s.n.

Pereira, G. & Silva, M. N., 2009. Dinâmica Imobiliária da Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: *Dinâmicas metropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba: s.n., pp. 295-314.

São José dos Pinhais, 2014. *Base cadastral e de dados geográficos*. s.l.:s.n.

Silva, M. N., 2012. *A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba*. Curitiba: s.n.